

## **Marx e os Marxistas, Chayanov e os Brasileiros – um esforço exploratório das interpretações do campo brasileiro**

**YASSER HASSAN SALEH**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -  
FEA

yasser.harsayan@gmail.com

## **Introdução**

A influência do pensamento marxista no Brasil é vasta e teve conseqüências em vários campos de pesquisa. Contudo, o estudo do campo e da formação nacional compreendeu especificidades nesse processo.

Isso dado torna-se então necessário apresentar as diversas interpretações marxistas do período desde sua vida até os clássicos da geração que viveu a revolução russa. O agrarismo brasileiro se deveu a reinterpretações de teses apresentadas aqui em diversas áreas de conhecimento.

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

As alterações recentes do campo colocam em cheque as interpretações clássicas dos marxistas. Assim, coloca-se o problema da sua reinterpretação do ponto de vista da intervenção pelos estudos organizacionais no sentido de uma intervenção. Quais as direções dessa reinterpretação dadas as críticas feitas pela tradição chayanoviana?

## **Fundamentação Teórica**

Trata-se de uma retomada dos autores do marxismo e dos autores da tradição chayanoviana dentro do campo da economia agrícola e da perspectiva doméstica da atuação econômica dos agentes sociais.

## **Metodologia**

O método é a exploração bibliográfica dos autores centrais do tema, a exposição de suas teses e a relação com a necessidade da compreensão das interpretações no campo.

## **Análise dos Resultados**

O agrarismo de inspiração marxista que inspira a argumentação de grande parte dos defensores da reforma agrária e de sua viabilidade econômica para pequenos produtores pode estar superado. Porém, é necessária uma teorização capaz de corresponder à interpretação da realidade econômica de produtores menores, assim, nesse sentido, a tradição chayanoviana.

## **Conclusão**

A tradição chayanoviana é a alternativa teórica e metodológica para os estudos de economia agrícola que tenham como preocupação o desempenho econômico dos agentes.

## **Referências Bibliográficas**

- Chayanov, A. V. (2014). A Teoria dos Sistemas Não-Capitalistas. In H. M. de Carvalho (Ed.), Chayanov e o Camponato (1a ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Marx, K. (2011). A Guerra Civil na França (1a ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Tepicht, J. (1973). Marxisme et Agriculture: le Paysan Polonais. Paris: Armand Colin.
- Woortmann, E. F. (1995). Herdeiros, Parentes e Compadres. Brasília: Editora HUCITEC.

## **Marx e os Marxistas, Chayanov e os Brasileiros – um esforço exploratório das interpretações do campo brasileiro**

**Palavras-chave:** agrarismo, reforma agrária, campesinato

### **Introdução**

A influência do pensamento marxista no Brasil é vasta e teve consequências em várias áreas do conhecimento. Contudo, o estudo do campo e da formação nacional compreendeu especificidades nesse processo.

Isso dado torna-se então necessário apresentar as diversas interpretações marxistas do período desde a vida de Marx até a primeira geração que viveu a revolução russa, estes também conhecidos como os clássicos. O agrarismo brasileiro se deveu a reinterpretções de teses apresentadas aqui em diversos âmbitos e áreas de conhecimento.

Karl Marx ao construir a sua teoria social a respeito da importância da economia na estruturação das classes sociais nota que ela constitui em uma divisão social do trabalho. Brevemente, Marx considera que há a existência de duas classes sociais irremediavelmente: a burguesia, detentora dos meios de produção; e o proletariado, detentor apenas da sua força de trabalho (Marx & Engels, 1848).

Entretanto, a Comuna de Paris em 1870<sup>1</sup> altera a compreensão de Marx a esse respeito. Ao compreender a luta do proletariado pela revolução e da necessidade de sua organização para levá-la a cabo, ele, juntamente a Friedrich Engels, identifica um sujeito social específico que em suas primeiras análises era partidário da ordem, constituindo-se, portanto, em uma força contrarrevolucionária, este é o camponês.

O camponês, assim agiria de forma a defender a ordem por conta de sua indissociável relação com a apropriação da terra, conformando-se então, como outra classe, o campesinato. Assim, ele coloca-se uma complicação ao problema da revolução por parte do proletariado.

De acordo com a análise de Marx, o camponês ainda que tivesse acesso à terra, no caso, até tendo-a como propriedade, ele seria, ao se integrar na lógica das relações produtivas do capital, despossuído. Sendo assim, ele se transformaria em um proletário, desaparecendo enquanto classe.

Assim, em suas palavras Marx conclui:

*“O próprio modo de produção (camponês) tornou-se caduco pelo moderno progresso da agronomia. Por último, a propriedade camponesa mesma tornou-se nominal, deixando ao camponês a ilusão da propriedade e o expropriando dos frutos de seu próprio trabalho. A competição dos grandes produtores rurais, a taxa de sangue, a taxa estatal, a usura das hipotecas urbanas e os numerosos pequenos furtos do*

---

<sup>1</sup> A Comuna de Paris em 1870 foi uma tomada da cidade de Paris, logo da Guerra Franco-Prussiana em que, na iminência da vitória prussiana, o governo foi transferido a Tours. Assim, a população de Paris, em geral as massas trabalhadoras e patrióticas, ao contrário do que o próprio governo de Napoleão III fez, decide resistir ao assalto prussiano. Este acontecimento seria considerado de menor importância se não fosse por Marx, como quase única voz a esse respeito, que defendeu que a experiência da organização dos trabalhadores em Paris e de sua resistência, como sendo a primeira experiência socialista na história. Ver: Milza, Pierre (2009). *L'annéeterrible: La Commune (mars-juin 1871)*.

*sistema judiciário que o cercam por todos os lados degradaram-no à posição de um ryot (lavrador) hindu, ao passo que sua expropriação – até mesmo a expropriação de sua propriedade nominal – e degradação a um proletário rural constituem um fato cotidiano. O que separa o camponês do proletário, portanto, é não mais seu interesse real, mas seu preconceito ilusório. Se a Comuna, como mostramos, é o único poder que pode lhe trazer imediatamente grandes benefícios mesmo em suas atuais condições econômicas, protegendo-o por um lado da expropriação do proprietário fundiário, por outro lado poupando-o da aniquilação, do esgotamento e da miséria em que ele se encontra sob o véu ilusório da propriedade; só ela pode converter sua propriedade nominal da terra em propriedade real de seus frutos e de seu trabalho e conjugar os avanços da moderna agronomia – que respondem a anseios sociais e o ameaçam diariamente como uma força hostil – com a manutenção de sua posição como um produtor realmente independente. Ao ser beneficiado pela Comuna, o camponês não tardaria a confiar nela.”(Marx, 2011, p. 134-135).*

É em torno a essa concepção de Marx que se constituiu uma tradição interpretativa e um debate a respeito do campesinato e de suas teorias, tanto no Brasil como em outras partes do mundo. É a partir disso que consideraremos um primeiro debate entre uma primeira geração de intérpretes da concepção de Marx tendo como questão o problema da revolução. Entre eles estão: Friedrich Engels; Karl Kautsky; Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo.

Entre os pontos que nos interessam aqui diante do problema do campo cabem: a organização do Partido e dos sindicatos e sua ação política para o campesinato; o desaparecimento ou não do campesinato enquanto classe; e, por fim, o estabelecimento de um programa agrário necessário como forma de organizar também a produção por parte destes, antes e depois da revolução.

Em um primeiro momento Engels considerou que a conformação do campesinato enquanto classe teria uma relação direta com o nível de desenvolvimento econômico do país onde este se encontra. Neste sentido, a condição camponesa, e seu comportamento diante da atuação do partido, teriam condicionamentos da agenda econômica proposta pelo partido(Engels, 1894).

Neste sentido, Engels faz duas considerações, a primeira vista contraditórias, porém condizentes com um projeto que se mantém dedicado ao ideal revolucionário. Por um lado, Engels compreende que devido ao desenvolvimento do capitalismo, o campesinato como classe, iria fatalmente desaparecer e que o partido deveria acelerar esse processo.

Por outro lado, a atuação do partido teria que propor uma agenda através da qual se pudesse proteger os camponeses da penetração da lógica industrial de produção imposta pela capital. Assim, Engels propõe que o partido haja no sentido de criar uma agenda, viável mesmo que pouco ambiciosa, na qual se possa beneficiar os camponeses através de auxílio social e de uma via de reorganização no âmbito da produção findando com o caráter individual privado de suas propriedades.

Ao observar as experiências francesa e dinamarquesa e do avanço dos socialistas nesses países, Engels (1894) afirma:

*“Para estas forças de trabalho pode ser encontrada ocupação por duas vias. Ou se põe à disposição da cooperativa camponesa outras extensões de terra de grandes domínios [Guter] vizinhos; ou, então, se lhes proporcionam os meios e a oportunidade para trabalho industrial paralelo, o mais possível e preponderantemente para uso próprio. Em ambos os casos, colocam-se [essas forças de trabalho] numa situação económica*

*melhor e assegura-se, simultaneamente, à direcção social geral a necessária influência para gradualmente fazer passar a cooperativa camponesa a uma forma superior e para igualizar os direitos e os deveres tanto da cooperativa no seu conjunto como dos seus membros singulares com os dos restantes ramos da grande comunidade. Como é que isto se fará em pormenor em cada caso especial dependerá das circunstâncias do caso e das circunstâncias em que nos apossarmos do poder público. Assim, estaremos possivelmente em condições de fornecer a estas cooperativas ainda outras vantagens: assunção da sua dívida hipotecária total [Gesamthypothekenschuld] pelo banco nacional com forte redução dos juros, adiantamentos de meios públicos para estabelecimento da exploração em grande [Grossbetrieb] (adiantamentos não necessariamente ou não de preferência em dinheiro, mas nos próprios produtos necessários: máquinas, adubos artificiais, etc.) e ainda outras vantagens.*

*O principal em tudo isto é e continua a ser tornar compreensível aos camponeses que nós só lhes podemos salvar a posse da casa e do campo deles, só a podemos manter, pela transformação em posse e exploração cooperativas. É, precisamente, o cultivo individual [Einzelwirtschaft] condicionado pela posse individual que empurra os camponeses para a decadência. Se eles insistirem na exploração individual [Einzelbetrieb], serão inevitavelmente expulsos da casa e da quinta [Hof], o seu modo de produção antiquado será suplantado pela grande exploração capitalista. As coisas estão assim; e vimos nós e oferecemos aos camponeses a possibilidade de introduzirem a própria exploração em grande, não por conta capitalista, mas por conta própria comum deles.”(Engels, 1894).*

Na esteira dessa mesma linha, porém com um aprofundamento teórico da análise no campo está a obra de Karl Kautsky (1988). Interessado em compreender a mudança social no campo da Alemanha a fim de elaborar um carácter programático mais elaborado ele se debruça sobre o tema sendo a figura mais representativa da Segunda Internacional e de seu horizonte da Social Democracia, integrando-se em uma política institucional por meio de uma agenda reformista.

Kautsky (1988) considerava que havia uma transformação da agricultura a partir de técnicas oriundas da ciência de seu tempo. Com isso, o que ele observa é a articulação do capital industrial em ditar e introduzir inovações no sentido de adequar a produção agrícola às necessidades industriais. Em suas palavras ele expressa a transformação da agricultura como atividade:

*“O desenvolvimento da agricultura em uma ciência é particularmente aparente na história do sistema da formação agrícola, especialmente as universidades. Este desenvolvimento não é apenas evidente no escopo e na substância desses cursos de formação, mas também na história dos próprios institutos agrícolas, onde provas claras do avanço na agronomia científica podem ser vistos<sup>2</sup>”(Kautsky, 1988, p.56).*

É a partir disso que ele afirma que a economia camponesa está estruturalmente ligada ao modo de produção capitalista, por meio do qual o produtorcamponês se integra ao mercado dominado pela produção capitalista, mas que os recursos da sua produção não são capitalizados. Assim, Kautsky compreende que há uma “subsunção do trabalho ao capital”, dado que ele tem uma condição de trocas desigual diante do mercado dominado pela concorrência com a produção capitalista(Kautsky, 1988).

---

<sup>2</sup> Texto traduzido do inglês pelo autor.

Logo, Kautsky observa que dada essa condição o campesinato teria um destino fatal e este seria a proletarização. Isso se daria não com a impossibilidade da pequena produção, mas sim por conta de uma lógica de concorrência de escala, na qual a produção de maior escala excluiria do mercado a de menor. Ele considerava que a única alternativa possível, mesmo que incerta, seria a formação de um sistema cooperativa para a produção dos produtores de menor escala, porém ainda assim sob um regime de sobre-exploração do trabalho e de redução do consumo por parte dos próprios camponeses(Kautsky, 1988).

Desta forma, Kautsky a alternativa da formação de cooperativas por parte dos camponeses em vias de proletarização seria a solução viável para a emancipação do trabalho. Porém, para isso era necessária uma adequação geral de toda a produção da vida social da cooperativa de forma que se mantivessem seus valores democráticos em prol do socialismo em que a Social Democracia não represente os interesses dos empregadores, mas sim dos trabalhadores rurais proletarizados e que de alguma maneira neutralize a influência do campesinato ainda existente no processo, ao mesmo tempo em que se defenda uma política de proteção da agricultura(Kautsky, 1988).

Porém, a visão de Vladimir Lenin questionava frontalmente o caráter político da ação proposta por Kautsky. Sua diferença com o programa de Kautsky amadureceria pouco antes do deflagrar da Primeira Guerra.

Lenin estaria de acordo com a tese da proletarização do campesinato. Entretanto, acreditava que havia uma excepcionalidade da questão camponesa de acordo com o nível de desenvolvimento técnico de cada país. Assim, ele compreenderia que a questão agrária posta em países periféricos tem a necessidade de uma ação política distinta da dos países centrais como, considerava ele da parte de Kautsky.

Em suas obras *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899) e em seu *Programa Agrário*(1903), Lenin considera que, em linhas gerais, há um desenvolvimento desigual e contraditório da agricultura nesses países. Assim, haveria a combinação de formas capitalistas avançadas de produção diante da produção camponesa tradicional, mas que diante da primeira estaria em vias de empobrecimento.

Dessa maneira, Lenin considera que apenas a ação política para uma reforma na qual se consiga transformar as relações sociais no campo, como propostas por Kautsky tinha limitações para a sua implementação política por vias institucionais. Para Lenin, o campesinato pobre e o proletariado rural, só poderiam se emancipar a partir da radicalização da revolução e da expropriação direta dos proprietários rurais, do clero, dos financistas e da burguesia camponesa.

*“Em lugar de ‘apoia’, deveria por-se ‘luta por...’. Não pensamos que os camponeses possuem pouca terra e necessitam de mais terra. Esta é uma opinião corrente; dizemos que a propriedade agrária dos latifundiários é a base do jugo que oprime o campesinato e o torna atrasado. Não se trata de que os camponeses tenham pouca terra ou não. Abaixo o regime de servidão! É assim que deve colocar-se a questão do ponto de vista da luta da classe revolucionária, e não daqueles funcionários que discutem quanta terra eles possuem e de acordo com que normas ela deve ser distribuída. Proponho a inversão da ordem dos pontos 2º e 3º, porque para nós é importante a iniciativa revolucionária, e a lei deve ser resultado dela. Se esperardes que a lei seja escrita e desenvolverdes vós próprios energia revolucionária, não tereis nem lei nem terra.”(Lenine, 1917).*

E, por fim, Lenin sobrepunha com a orientação política a qualquer outra orientação diante da preocupação de reformista de Kautsky, que avaliava que não era o momento ainda para a política de ação revolucionária direta. Lenin deixa clara aqui sua concepção ao dizer:

*“No aspecto político prático, a ideia de que os Sovietes são necessários como organização de combate, mas que não devem transformar-se em organizações estatais, é ainda infinitamente mais absurda do que no aspecto teórico. Mesmo em tempo de paz, quando não existe uma situação revolucionária, a luta de massas dos operários contra os capitalistas, por exemplo a greve de massas, provoca em ambas partes uma exasperação terrível, uma extraordinária paixão na luta, constantes referências da burguesia a que é e quer continuar a ser ‘senhora da sua casa’, etc. E em tempo de revolução, quando a vida política está em efervescência, uma organização como os Sovietes, que abrange todos os operários de todos os ramos da indústria, e depois todos os soldados e toda a população trabalhadora e pobre do campo, é uma organização que por si mesma, pela marcha da luta, pela simples ‘lógica’ do ataque e da resposta é necessariamente levada a colocar a questão de forma decisiva. Tentar tomar uma posição intermédia, ‘conciliar’ o proletariado e a burguesia, é uma cretinice destinada a um fracasso lamentável: foi isso o que aconteceu na Rússia com a prédica de Martov e outros mencheviques, é isso que inevitavelmente acontecerá na Alemanha e noutros países se os Sovietes se desenvolverem com alguma amplitude, se conseguirem unir-se e consolidar-se. Dizer aos Sovietes: lutai mas não tomeis todo o poder de Estado nas vossas mãos, não vos transformeis em organizações estatais, significa pregar a colaboração de classes e a ‘paz social’ entre o proletariado e a burguesia. É ridículo pensar sequer que, numa luta encarniçada, semelhante posição possa conduzir a outra coisa que não seja uma falência vergonhosa. O destino eterno de Kautsky é sentar-se entre duas cadeiras. Finge não estar de acordo em nada com os oportunistas na teoria, mas, de facto, está de acordo com eles na prática em todas as questões essenciais (isto é, em tudo o que diz respeito à revolução). (Lenin, 1918b)”*

Neste sentido, o problema da manutenção da democratização se submeteria à necessidade do centralismo na luta política, já que Lenin propunha um programa de industrialização do país feita aos custos da produção agrícola. Assim, Lenin ao propor essa industrialização visava também superar os resquícios do modo de produção feudal chegando ao socialismo. Lenin expressa essa necessidade de transformação:

*“O socialismo é a supressão das classes.*

*Para suprimir as classes é preciso, em primeiro lugar, derrubar os latifundiários e os capitalistas. Esta parte da tarefa já a realizámos, mas é apenas uma parte e, além disso, não é a mais difícil. Para suprimir as classes é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre os operários e os camponeses, transformá-los todos em trabalhadores. Isto não se pode fazer de repente. É uma tarefa incomparavelmente mais difícil e, por força da necessidade, prolongada. É uma tarefa que não se pode realizar pelo derrubamento de uma classe. Só é possível realizá-la pela reconstrução organizativa de toda a economia social, pela passagem da pequena economia mercantil, individual, isolada, à grande economia social. Esta transição é por força extraordinariamente longa. As medidas administrativas e legislativas precipitadas e imprudentes só podem tornar esta transição mais lenta e difícil. Só se pode apressar esta transição prestando ao camponês uma ajuda que lhe dê a possibilidade de melhorar em grandes proporções toda a técnica agrícola, de a transformar radicalmente.*

*Para realizar a segunda parte da tarefa, a mais difícil, o proletariado, depois de ter vencido a burguesia, deve aplicar invariavelmente a seguinte linha fundamental na sua política em relação ao campesinato: o proletariado deve separar, delimitar o camponês trabalhador do camponês proprietário, o camponês que trabalha do camponês negociante, o camponês laborioso do camponês especulador.”(Lenin, 1918a).*

Uma importante exposição a respeito da visão de Lenin a cerca da supremacia da lógica industrial de produção sobre a produção camponesa no campo é exposta na obra de Robert Linhart (1983), *Lenin, os Camponeses, Taylor*. Linhart recorda a visão de Lenin a cerca do conhecimento da administração científica do taylorismo.

A tese fundamental de Linhart a respeito do contato de Lenin com o taylorismo passa basicamente por dois momentos. O primeiro é de recusa da atribuição científica do método de Taylor, como sendo apenas parte da necessidade de melhorar a eficiência da exploração do proletariado(Linhart, 1983).

Porém, em um segundo momento, Lenin incorpora o taylorismo ao reconhecer nele um meio para disciplinamento das massas trabalhadoras. Isso se dá pela necessidade de organização da própria produção uma vez contestada, e destituída, a autoridade técnico-científica, de caráter burguês, no interior da unidade produtiva(Linhart, 1983).

Assim, Linhart (1983) considera que Lenin se apropria do taylorismo domesticando-o para os fins revolucionários. Essa manobra se dá de forma que, por um lado, ele possa estabelecer o princípio de democracia econômica dos meios de produção, na medida em que se consolide uma ditadura técnica da própria produção, o que expressa então o caráter dialético do pensamento de Lenin a respeito da administração.

A ditadura técnica seria o meio preciso sobre o qual o problema da direção e da ação coletiva do proletariado se resolveria por parâmetros científicos e objetivos. Ao mesmo tempo, como forma de prevenção ao fenômeno do burocratismo, a democratização econômica faria com que a cadeia de decisão, comando, controle e autoridade no nível da empresa e de sua unidade produtiva, tivessem o sentido da base ao topo, constituindo-se, portanto, em uma forma de organização a serviço das massas(Linhart, 1983).

Em torno ao pensamento às concepções de Lenin, conformou-se uma ortodoxia dado o sucesso da tomada de poder pelos bolcheviques com a Revolução Russa. Porém, mesmo no campo marxista houve uma interpretação que questionava o fatal desaparecimento do campesinato.

Rosa Luxemburgo em sua obra *A Acumulação Primitiva* compreende que a própria acumulação do capital depende de um setor na esfera da produção que não seja capitalista. Por essa razão, Luxemburgo considerava que essa relação não capitalista era a necessária para a reprodução ampliada do capital nas relações capitalistas.

*“Além disso, a produção capitalista, por sua própria natureza, não pode ser restrita aos meios de produção como os produzidos pelos métodos de produção capitalistas. Elementos baratos de capital constante são essenciais para um capitalista individual que tente aumentar a sua taxa de lucro. Soma-se a isso, a condição dos contínuos aperfeiçoamentos na produtividade do trabalho como o método mais importante de aumentar a taxa de mais-valia é a utilização irrestrita de todas as substâncias e facilidades dadas pela natureza e pelo solo. Tolerar qualquer restrição a esse respeito contrariaria a essência do capital, seu todo modo de existência. Depois de muitos*



*séculos de desenvolvimento, o modo capitalista de produção ainda constitui apenas um fragmento da produção mundial total. Mesmo em um continente pequeno como a Europa, onde este agora largamente prevalece, ele ainda não conseguiu dominar ramos inteiros da produção, como a agricultura camponesa e a manufatura independente; o mesmo mantém-se verdadeiro para grandes áreas da América do Norte e para um número de regiões em outros continentes. Em geral, a produção capitalista, até o momento, tem sido confinada aos países de zona temperada enquanto que ela tem feito comparativamente poucos progressos no Oriente, por exemplo no Sul. Assim, se ela fosse dependente exclusivamente dos elementos da produção alcançável em seus estreitos limites, em seu atual nível e de fato, seu desenvolvimento em geral, teria sido impossível. Desde de seu princípio, as formas e as leis do capitalistas de produção pretendem compreender todo o globo como uma estoque de forças produtivas. O Capital, impelido a se apropriar das forças produtivas para a sua expropriação, despojando o mundo todo, ele toma seus meios de produção de todos os cantos da Terra, apossando-se deles, pela força se necessário, de todos os níveis de civilização e de todas as formas de sociedade. O problema dos elementos materiais da acumulação capitalista, longe de serem resolvidas pela forma material do valor da mais-valia que é produzida, toma um aspecto bastante diferente. Se torna necessário para o capital, progressivamente dispor-se de todo o globo, para adquirir uma escolha ilimitada de meios de produção, em ambos, qualidade e quantidade, assim como para encontrar emprego produtivo para a o valor da mais-valia que foi realizada.*

*O processo de acumulação, elástico e convulsivo como o é, requer inevitavelmente livre acesso a novas áreas de matérias-primas no caso de necessitá-la ambos quando importações de recursos antigos ingressam ou quando a demanda social subitamente cresce.* ”<sup>3</sup>(Luxemburgo, 1913).

Neste sentido, o que se pode observar é que, ao contrário do que defendiam os demais teóricos marxistas até então, Rosa argumenta no sentido de que por mais que a economia capitalista seja dominante, ela depende da manutenção de espaços econômicos em que as relações sociais dos modos de produção nestes, não sejam capitalistas. A partir disso, pode-se pensar que, a expansão do capital, há um espaço econômico subordinado a ele que não o mantém inteiramente em suas relações.

Entretanto, apesar das diferenças ligadas à necessidade de ação política e que marca as diferenças entre esses autores, o que se observa é também uma diferença de natureza teórica na qual a análise sobre o campo é feita a partir da teorização marxista já dada. As ríspidas críticas de Lenin a Kautsky, não se repetem diante de outro autor, um profundo conhecedor do campo russo, Alexander Vassilievich Chayanov.

Alexander Vassilievich Chayanov foi um agrônomo russo, de uma biografia riquíssima autor de obras seminais em Economia Agrícola. Chayanov realizou diversos trabalhos em campo e conseguiu apresentar uma teoria que pôde fazer frente aos teóricos marxistas no próprio momento da Revolução Russa.

### **A Tradição Chayanoviana**

Em sua obra *A Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas*, Chayanov afirma não apenas a existência de sistemas econômicos não-capitalistas, assim como a sua

---

<sup>3</sup> Texto traduzido do inglês pelo autor.

permanência enquanto sistema econômicos. Segundo ele, os fundamentos da teoria econômica da sociedade capitalista moderna estão baseados em categorias como renda, capital, preço e entre outras, além embasá-la no uso do trabalho assalariado na busca pela maximização do lucro. Todas essas categorias compunham um sistema complexo, na qual a ausência ou indisposição de um desses fundamentos tiravam sentido do todo de sua composição(Chayanov, 2014).

Assim, ao observar essa configuração dada a partir da existência de entes econômicos que não funcionavam sob esses fundamentos, Chayanov passa a procurar pelos elementos que dão funcionalidade a esses entes. Com isso, ele observa o campo russo.

Chayanov considera que, além da economia capitalista, inegavelmente dominante, há o que ele compreende como economia natural que é um tipo de economia ditada por outros parâmetros de produção que não os financeiros existentes na capitalista. Neste sentido, a característica fundamental da economia camponesa, como sendo uma forma de economia natural como no caso europeu, e mais especificamente russo que ele observa, é a exploração do trabalho familiar na atividade produtiva(Chayanov, 2014).

Desta forma, para a Chayanov a unidade familiar é uma unidade que produz o necessário para a sua sobrevivência, mas que comercializaria no próprio mercado o seu excedente. Chayanov propõe que se considere que haja um equilíbrio entre satisfação e fadiga no processo produtivo.

Com isso, Chayanov considera a unidade familiar a organização fundamental da economia camponesa. Ele compreende então que essa unidade produtiva em torno à família é regida por ter como dinâmica a relação entre produção e consumo.

A família camponesa é produtora e consumidora de sua produção, determinando, para Chayanov, a subsistência. Para ele, é a variação de família a família que corresponde às diferenças subjetivas do que se considera a subsistência.

Há, portanto, para Chayanov apesar da dominância da produção da grande empresa capitalista, uma vantagem por parte da produção familiar camponesa do ponto de vista econômico relacionada à elasticidade da autoconsumo e da autoexploração do trabalho familiar de acordo com a relação da economia camponesa com a economia de mercado. Isso se dá porque o trabalho assalariado tem o limite de exploração dado pela própria remuneração feita ao trabalhador, sendo necessário ainda que desproporcionalmente, maior pagamento pecuniário ao trabalhador para que exerça a sua função, enquanto que a exploração camponesa pode atingir os objetivos dados por conta de uma alteração situacional. Em outras palavras, o camponês pode privar-se de consumo reduzindo-o ao nível mais baixo necessário para a sua reprodução enquanto núcleo familiar, além de trabalhar mais sem nenhuma remuneração direta apenas para cumprir um determinado prazo, acordo ou dívida(Chayanov, 2014).

Porém, é necessário de mais elementos para considerar a melhor gestão do ponto de vista econômico de uma produção em uma economia não capitalista, como no caso a camponesa. Na ausência da instituição do trabalho assalariado, Chayanov propõe as seguintes categorias:

*1 – A remuneração única e indivisível do trabalho familiar, que reage sobre os fatores que contribuem para formar a renda;*

*2 – O preço das mercadorias;*

3 – A reprodução dos meios de produção (formação de capital no seu sentido mais amplo);

4 – Os preços do capital na circulação de crédito;

5 – O preço da terra.(Chayanov, 2014, p.114)

Como se pode observar, a teoria dos sistemas não-capitalistas previa uma intersecção da economia camponesa com a economia capitalista na medida em que há a entrada de aportes e recursos comuns em ambas e que intermediam a troca entre elas e alteram a caracterização de uma a outra. Assim, Chayanov considera que na grande categoria de economia camponesa existam duas formas de exploração do trabalho:

1 – A exploração baseada no trabalho familiar;

2 – A exploração que utiliza trabalho assalariado além do trabalho familiar, sem, no entanto, ir ao ponto de adquirir o caráter capitalista(Chayanov, 2014, p.129).

Isso se daria por uma relação de realocação por parte das famílias a respeito da disponibilidade de terras e de mão de obra existentes no espaço econômico camponês. Com isso, Chayanov introduz um elemento central da sua teoria que consegue relacionar os recursos para a produção agrícola e o fator humano: o elemento demográfico.

Segundo Chayanov, a relação da densidade populacional, com a renda obtida e o nível de procura tradicional acabam por constituir ao lado da capacidade dessa população de produzir capital, sendo parte deste sujeito à taxação, e a configuração do poder do Estado em coagir extra economicamente o modo de utilização dessas terras, assim como movimentos populacionais eventuais, a estrutura da unidade econômica individual. Neste ponto, a teoria de Chayanov entende, portanto, o papel da família nessa dinâmica demográfica na qual o uso de dos ativos e recursos disponíveis tenham correspondência com a capacidade dada em cada momento da demográfico da economia camponesa como tal, para a sua reprodução.

A concepção de Chayanov da estrutura da unidade econômica a partir da família faz com que ele, ao compreender trabalhos aos quais se extrapole o escopo familiar. Desta forma, Chayanov ao observar a sua dinâmica no campo, construirá o que se trata adiante, da Teoria da Cooperativa Camponesa.

A influencia da teoria de Chayanov é vasta e pode ser observada na continuidade do uso e das suas categorias desenvolvidas em outros trabalhos. Aqui, trataremos de alguns autores do que se constitui como uma verdadeira tradição chayanoviana.

Boguslaw Galeski trata da mudança social da economia camponesa, dados os laços que vão além da relação apenas da estrutura da unidade econômica em torno à família. Neste sentido, Galeski toma a teorização de Chayanov e vai além dela ao compreender que a relação comunitária é fundamental para organização do trabalho agrícola, compreendendo, portanto, uma coletividade em torno de cada unidade produtiva que não pode ser vista em separado(Woortmann, 1995).

É através do trabalho familiar que se compreendem para Galeski a derivação da base da comunidade. Segundo Ellen Woortmann ao expor a obra de Galeski: “A família é um *workteam*, isto é, um grupo diferenciado internamente no trabalho e hierarquizado, onde o indivíduo está enraizado na família e a ela subordinado, enquanto ela ‘deriva o suporte de suas funções da comunidade da aldeia’. Para Galeski, portanto, as relações externas da família

ganham relevo, e ele enfatiza uma dimensão fundamental: a subordinação do indivíduo ao todo representado pela família.”(Woortmann, 1995, p. 31).

Assim, Galeski ao entender a relação da família com a ideia de patrimônio da terra como herança e que perpassa gerações, o que ele entende como *farm*. Assim, os usufrutuários que compõem a família que explora esse patrimônio constituindo assim o que ele chama de *family farm*.

Desta forma, Ellen Woortmann expõe o ponto chave que diz respeito aos pensamentos de Chayanov e de Galeski, que é tratado Galeski que trata que é da identificação entre o empreendimento familiar e a família que deriva a base da comunidade. Em suas palavras ela coloca:

*“O ponto fundamental, mas Galeski não elabora o princípio da aliança, ainda que se aproxime dele, pois, ao considerar a família, se atém aos laços de consanguinidade. Os laços de afinidade são, contudo, muitas vezes constitutivos da própria aldeia, ou das relações entre elas. Apesar de sua abertura, relativamente a Chayanov, Galeski permanece como que family farm centered. Em outras palavras, sua ênfase está mais na family farm que na farm family. Mas, se ele não analisa a aliança, é verdade que ele associa a pequena divisão social do trabalho a uma uniformidade social e territorial fundada em fortes laços de parentesco, já que a aldeia geralmente consiste de alguns grupos familiares extensos ou ‘clãs’, com poucos nomes de família, e pode ser definida como um grupo de vizinhança familiar, cuja maior função é proporcionar ajuda econômica mútua.”(Woortmann, 1995, p. 32).*

Um passo além do dado por Galeski é o de Jerzy Tepicht, ao incorporar definitivamente o marxismo novamente à teoria do campesinato dentro de uma tradição chayanoviana. Ele procura formar uma síntese entre ambos. Isso se observa ao apresentar a sua teoria: *“Nós falaremos aqui da economia camponesa como um modo de produção, este termo tomado dentro de um sentido marxista, como sendo o conjunto coerente e distinto das forças produtivas e de suas ligações de produção entre os homens.”(Tepicht, 1973, p. 17).*

Para Tepicht, a família é uma *vérité première* da economia camponesa, sendo ela a via de relação entre os fatores de produção e o mercado, assim como a relação entre o trabalho e sua remuneração. Sendo para ele que existem duas ligações externas dessa família:

*“a) ao interior da unidade de produção, a simbiose do empreendimento agrícola com a economia doméstica, o coletivismo rigoroso da família ligado a um egocentrismo crescente diante dos outros; b) ao interior da coletividade rural, os germes da diferenciação de classes, de tipo feudal e mais tarde de tipo capitalista, que nascem e renascem com o desenvolvimento das formações respectivas, mas não chegam a evoluir até o fim, mesmo com o fato da força esmagadora da classe que domina toda a sociedade. É isso que faz que ao fim das contas, é o desenvolvimento da simbiose fazenda-casa que constitui o elemento mais durável da reprodução das ligações internas da economia camponesa ainda que suas ligações externas com as economias englobantes deem provas de uma grande flexibilidade. É somente muito tarde que, à época do industrialismo forçado, notadamente o capitalismo ocidental atual, que esta diferença entre os dois processos, ao invés de contribuir à persistência da economia camponesa, a leva à sua rápida desagregação.”(Tepicht, 1973, p. 19-20).*

Ellen Woortmann (1995), então, considera que Tepicht enxerga que a família vive encapsulada diante de duas faces, tendo o coletivismo interno e um forte individualismo

externo, o que ela expressa em seus próprios termos como o entre o “eu e o nós”, com o primeiro subordinado ao segundo. Isso se dá porque Tepicht atribui a isso a expansão da economia de mercado, que acaba por restringir o patrimônio familiar, o que por sua vez leva a submissão de cada indivíduo e de seu destino aos interesses da pequena empresa familiar, o que por sua vez, diante do quadro de restrição de patrimônio familiar, acaba por conflagrar em crises, pois jovens acabam emigrando da fazenda. Tepicht coloca que as tentativas de modernização apenas acentuam essa crise interna da família (Woortmann, 1995, p. 33-34).

### **Considerações Finais**

Os caminhos para as interpretações acerca da agricultura brasileira, e de sua organização, passará por transformações no debate a partir de uma reavaliação do campo marxista. Porém, no campo dos estudos agrários e do conhecimento em agronegócios a perspectiva teórica da tradição chayanoviana pode conciliar a observação de classe com a observação doméstica quanto ao desempenho econômico das agentes do setor.

Porém, resta o obstáculo de conciliar os conceitos dentro de cada perspectiva para que se consiga estabelecer um ponto comum de debate. A economia das organizações deve ter proeminência nesse contato, como ponto entre a economia institucional e as interpretações marxistas no Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

- Chayanov, A. V. (2014). A Teoria dos Sistemas Não-Capitalistas. In H. M. de Carvalho (Ed.), *Chayanov e o Camponato* (1ª ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Engels, F. (1894). A Questão Camponesa em França e na Alemanha. Retrieved May 31, 2016, from <https://www.marxists.org/portugues/marx/1894/11/22.htm#r6>
- Kautsky, K. (1988). *The Agrarian Question*. (T. Alavi, Hamza; Shanin, Ed.) (1st ed.).
- Lenin, V. I. U. (1918a). A Economia e a Política na Época da Ditadura do Proletariado.

- Retrieved June 3, 2016, from <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/10/30.htm>
- Lenin, V. I. U. (1918b). *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Retrieved May 31, 2016, from <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap04.htm>
- Lenine, V. I. (1917). *Relatório Sobre a Questão Agrária*. Retrieved June 4, 2015, from <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/11.htm>
- Linhart, R. (1983). *Lenin, Os Camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Luxemburg, R. (1913). *The Reproduction of Capital and Its Social Setting*. Retrieved June 3, 2016, from <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/ch26.htm>
- Marx, K. (2011). *A Guerra Civil na França* (1ª ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K., & Engels, F. (1848). *Manifesto of the Communist Party*. Retrieved June 14, 2016, from <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/communist-manifesto/>
- Tepicht, J. (1973). *Marxisme ete Agriculture: le Paysan Polonais*. Paris: Armand Colin.
- Woortmann, E. F. (1995). *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Brasília: Editora HUCITEC.